

Freiberguer Rubem do Nascimento	0716949/3-01	1,0		340,00	OM
Freiberguer Rubem do Nascimento	0716949/3-01	0,5	1,0	510,00	OM
Jean Carlos dos Santos	924496-4	0,5	1,0	275,00	MT
Jean Carlos dos Santos	924496-4	0,5	1,0	275,00	MT
Jeferson Braz de Oliveira	911942-6	1,0		340,00	OM
Jeferson Braz de Oliveira	911942-6	1,0		340,00	OM
João Carlos Vieira	911023-2-01	1,0		330,00	OM
Juan Wisentainer	7795-08-01	1,0		100,00	OM
Julio Cesar Duarte	910139-0-1	1,0	1,0	330,00	OM
Luiz Carlos Alencastro dos Santos	916347-6	1,0		100,00	MT
Luiz Roberto Ramos	906198-3-1	1,0	1,0	330,00	OM
Mauricio Cezar de Souza Coelho	911768-7-1	1,0	1,0	330,00	OM
Mauricio Cezar de Souza Coelho	911768-7-1	1,0		110,00	OM
Moises Jose Lopes	918121-2	1,0		110,00	OM
Moises Jose Lopes	918121-2	1,0		110,00	OM
Nair Terezinha Campos	916310-7	1,0		100,00	OM
Nair Terezinha Campos	916310-7	1,0		100,00	OM
Paulo Cezar Ramos de Oliveira	196608101	0,5	2,0	850,00	RS
Paulo Cezar Ramos de Oliveira	196608101	1,0		340,00	RS
Paulo Cezar Ramos de Oliveira	196608101	0,5	1,0	510,00	RS
Paulo Cezar Ramos de Oliveira	196608101	1,0		340,00	RS
Paulo Cezar Ramos de Oliveira	196608101	0,5	2,0	1.125,00	RS
Ronaldo José Lopes	924070-5-02	1,0		110,00	OM
Vergílio Ricardo Rosa	923310-5	0,5	2,0	495,00	MT
Vergílio Ricardo Rosa	923310-5		1,0	220,00	MT
Vergílio Ricardo Rosa	923310-5	1,0		110,00	MT
Vergílio Ricardo Rosa	923310-5	0,5	1,0	275,00	MT
Wilson Luiz Borges	913893-5	0,5		50,00	MT
Wilson Luiz Borges	913893-5	0,5		50,00	MT
Wilson Luiz Borges	913893-5	1,0		220,00	MT

LEGENDA – MOTIVOS:

OM – Outros Motivos
VI – Viagem Internacional
AS – Acompanhamento com Secretário
MT – Motorista
CA – Cumprir Agenda
RS – Reunião de Serviço
VT – Vistoria
LV – Levantamento de Material

Florianópolis, 05 de Setembro de 2023.

PAULO CEZAR RAMOS DE OLIVEIRA

Secretário de Estado da Segurança Pública

Cod. Mat.: 936025

Polícia Militar

POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA - ESPÉCIE: Termo de Convênio nº PMSC50540/2023. **PARTÍCIPE:** Município de Barra Velha e a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina. **OBJETO:** Manutenção do serviço de policiamento ostensivo aéreo, executando rondas periódicas e atendimento de ocorrências policiais no município. **PRAZO E VIGÊNCIA:** 60 meses, a contar da data de publicação deste extrato no DOE. **DATA:** Florianópolis, 05 de setembro de 2023. **SIGNATÁRIOS:** Douglas Elias da Costa, pelo Município, e André Cartaxo Esmeraldo, pela PMSC.

Cod. Mat.: 936042

POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA - ESPÉCIE: Termo de Convênio nº PMSC48310/2023. **PARTÍCIPE:** Município de Rio do Sul e a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina. **OBJETO:** Manutenção do serviço de policiamento ostensivo motorizado. **PRAZO E VIGÊNCIA:** 5 anos, a contar da data de publicação deste extrato no DOE. **DATA:** Florianópolis, 05 de setembro de 2023. **SIGNATÁRIOS:** José Eduardo Rothbarth Thomé, pelo Município, e André Cartaxo Esmeraldo, pela PMSC.

Cod. Mat.: 935982

POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA - ESPÉCIE: Termo de Cessão de Uso nº PMSC54337/2023. **PARTÍCIPE:** Município de São Bento do Sul e a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina. **OBJETO:** A Cedente fornecerá 01 veículo marca Jeep Renegade, ano 2023 e modelo 2024, chassi 9886111JMRK554675, RENAVAL nº 1364825420, placa RYD4B45; 01 veículo marca Jeep Renegade, ano 2023 e modelo 2024, chassi 9886111JMRK554804, RENAVAL nº 13648229+94, placa RYD4B25. **PRAZO E VIGÊNCIA:** 10 anos, a contar da data de publicação deste extrato no DOE. **DATA:** Florianópolis, 05 de setembro de 2023. **SIGNATÁRIOS:** Antônio Joaquim Tomazini Filho, pelo Município, e André Cartaxo Esmeraldo, pela PMSC.

Cod. Mat.: 935963

POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA - ESPÉCIE: Termo de Convênio nº PMSC12716/2023. **PARTÍCIPE:** Fundação Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, e a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina - PMSC. **OBJETO:** Qualificação dos servidores e/ou respectivos dependentes da Polícia Militar, por meio da concessão de bolsa de estudos, conforme percentuais estipulados na Cláusula Terceira. **PRAZO E VIGÊNCIA:** 5 anos, a contar da data de publicação deste extrato no DOE. **DATA:** Florianópolis, 05 de setembro de 2023. **SIGNATÁRIOS:** Valdir Cechinel Filho, pela UNIVALI, e André Cartaxo Esmeraldo, pela PMSC.

Cod. Mat.: 936045

Portaria nº 799/PMSC de 04/09/2023.

DISPENSO, com base no Art. 22, XXI, da CF/88 c/c o Art. 4º, do Dec. Lei nº 667/69 e Art. 107, da CE/89 e de acordo com o Art. 15 inciso I, da Lei Complementar nº 380 de 03 de maio 2007, combinado com o Art. 10 inciso I do Decreto nº 1274 de 11 de maio de 2021, do Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública - CTISP, **ADEMIR PEREIRA DE SOUZA, 3º SARGENTO PM RR Mat. 923324-5, à contar de 01/09/2023.**

Aurélio José Pelozato da Rosa

Coronel PM Comandante Geral da PMSC

Cod. Mat.: 936146

Processo SGP-E PMSC 13374/2021

DECISÃO EM RECURSO

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa Claro S.A., inscrita no CNPJ 40.432.544/0001/47, contra decisão do Diretor da Diretoria de Apoio Logístico e Finanças – DALF, ao qual aplicou as sanções administrativas de multa e suspensão temporária de licitar, nos termos do contrato n. 169/PMSC/2020.

O Recurso foi admitido com efeitos suspensivo da decisão, até julgamento do recurso.

O procurar juntou diversos documentos, que foram juntados aos autos por meio de link (drive) conforme certidão de páginas 334. Em apertada síntese, a recorrente pleiteia pela redução do valor da multa, bem como pela substituição da suspensão temporária de licitar por advertência. Afirma que a recorrente agiu a todo momento de boa fé e que as sanções não observaram o princípio da razoabilidade.

No tocante a multa pecuniária, entende que o valor base para calcular o quanto de multa deve ser feito sobre a quantidade de linhas de voz e dado ativados pela PMSC.

É o breve relatório.

Em primeiro lugar, é de extrema importância ressaltar que as comu-

nicações móveis e de dados desempenham um papel crucial nas operações da Polícia Militar, especialmente para os policiais em serviço operacional. A sociedade catarinense clama diariamente por um atendimento policial mais ágil e, sem dúvida alguma, a PMSC tem se empenhado em investir significativamente em tecnologia, buscando aprimorar constantemente o atendimento às ocorrências. Nesse sentido, a eficiência dos serviços de voz e dados é de importância vital, pois, caso contrário, correremos o risco de deixar muitos cidadãos catarinenses sem o atendimento policial adequado. Isso ocorre porque, em muitas das áreas remotas onde a Polícia Militar atua, o acesso só é possível quando o serviço de dados móveis (conexão de dados) está operando perfeitamente. A Polícia Militar não pode se dar ao luxo de ficar sem esse serviço, nem mesmo por um dia, quanto mais por dezoito, como foi o caso analisado no presente recurso.

DA MULTA PECUNIÁRIA

A sanção pecuniária, conforme estipulada na Lei nº 8.666/93, também conhecida como a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, desempenha um papel primordial no que diz respeito à repressão de empresas ou indivíduos que transgridam as normas estabelecidas nos procedimentos licitatórios e na execução de contratos públicos. A finalidade da aplicação de multas abrange diversas facetas, das quais podemos destacar três, a meu ver, de suma importância quando se trata de infrações contratuais. São elas: Desestímulo ao Descumprimento das Normas Contratuais: Nesse sentido, a aplicação de multas desempenha uma função dissuasora, desencorajando empresas e indivíduos a violarem as diretrizes presentes na legislação de licitações e contratos administrativos. Manutenção da Ordem e Legalidade: A segunda finalidade consiste em assegurar a manutenção da ordem e da legalidade nos contratos públicos, garantindo que as empresas cumpram suas obrigações de forma adequada e em conformidade com os parâmetros legais estipulados nos acordos firmados com o ente público.

Responsabilização: Por último, a multa serve como instrumento de responsabilização, compelindo os infratores a enfrentarem as consequências de suas ações e a responderem por seus atos. Independentemente disso, a imposição da multa deve ser realizada em estrita consonância com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, considerando a gravidade da infração, o dano causado e as circunstâncias peculiares do caso. Vale ressaltar que a Lei nº 8.666/93 estabelece limites para o valor das multas, evitando, assim, sanções excessivamente onerosas para os infratores. No caso em análise, observamos que a multa foi aplicada no montante de 5,94% sobre o valor do contrato, totalizando a quantia de R\$ 155.790,28 (cento e cinquenta e cinco mil, setecentos e noventa reais e vinte e oito centavos). Não cabe argumentar a falta de proporcionalidade na aplicação da multa, uma vez que a decisão, ao optar por essa forma de punição, deve aderir rigorosamente às disposições constantes no contrato firmado pelas partes.

O contrato, em sua cláusula nona, inciso II, define de maneira precisa o método de cálculo da multa por atraso, não deixando margem para qualquer questionamento quanto à correção da decisão tomada pelo Sr. Diretor da DALF. Assim, mantém-se a decisão recorrida, recusando-se o pedido de compensação, conforme previsto no Decreto Federal 9.830/2019.

DA SUSPENSÃO DE LICITAR

O artigo 87, III, da Lei nº 8.666/93 estabelece que, em decorrência da inexecução total ou parcial de um contrato, a administração pública pode, após garantir o direito de defesa, aplicar ao contratado a suspensão temporária de sua participação em licitações e a proibição de contratar com a administração, pelo prazo máximo de dois anos.

A penalidade da suspensão temporária de licitar e contratar com a administração implica na impossibilidade de o contratante participar de procedimentos licitatórios ou celebrar novos contratos, nos casos em que a licitação já tiver sido concluída, por um período de até 2 (dois) anos.

A aplicação dessa penalidade deve levar em conta a gravidade da conduta do contratado, bem como os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, assim como as demais sanções aplicáveis. Embora a lei não especifique as situações que ensejam a aplicação da sanção de suspensão do direito de licitar, é amplamente aceito na doutrina que essa penalidade é mais severa do que uma simples advertência ou multa.

Conforme ensinamentos do professor Hely Lopes Meirelles, a suspensão temporária do direito de participar de licitações e de contratar com a Administração é uma penalidade administrativa geralmente aplicada a inadimplentes culposos ou àqueles que, por culpa, prejudicam a licitação ou a execução do contrato.

Nesse contexto, embora reconheça a gravidade da falta cometida pela empresa, parece que a penalidade imposta pela autoridade recorrida foi excessivamente rigorosa, considerando que a recorrente não possui histórico de penalizações anteriores com a PMSC. A penalidade de advertência é a mais branda entre as sanções disponíveis, devendo ser aplicada nos casos em que não se constata má-fé por parte da contratada ou intenção deliberada de descumprir as obrigações assumidas. Sua natureza é fundamentalmen-

te educativa, visando a promover uma melhoria na qualidade da prestação de serviços.
Portanto, embora reconheça a seriedade da infração, não podemos ignorar os bons antecedentes da recorrente. Nesse sentido, considerando os princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa, da razoabilidade e da proporcionalidade, ao analisar o recurso apresentado pela empresa Claro S.A., decidimos parcialmente a seu favor. Mantemos a decisão recorrida no que se refere à aplicação da sanção de multa pecuniária, com a fundamentação constante na decisão original. Contudo, em relação à suspensão temporária de licitar pelo prazo de 3 (três) meses, optamos por substituí-la pela pena de advertência

Retorne-se os autos a Seção de PAIC para:
Publique-se no DOE;
De ciência à parte;
Expeça-se a guia de depósito identificado, para o pagamento da multa no prazo de 20 dias úteis, a contar da publicação no DOE. Não havendo pagamento, providencie a inclusão em dívida ativa do Estado.

Florianópolis, 04 de setembro de 2023.

Documento assinado eletronicamente
Aurélio José Pelozato da Rosa
Coronel PM – Comandante-Geral da PMSC

Cod. Mat.: 936099

Processo SGP-E PMSC 31752/2023

DECISÃO EM RECURSO

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa Claro S.A., inscrita no CNPJ 40.432.544/0001/47, contra decisão do Diretor da Diretoria de Apoio Logístico e Finanças – DALF, ao qual aplicou as sanções administrativas de multa e suspensão temporária de licitar, nos termos do contrato n. 169/PMSC/2020. O Recurso foi admitido com efeitos suspensivo da decisão, até julgamento do recurso. O procurador juntou diversos documentos, que foram juntados aos autos por meio de link (drive) conforme certidão de páginas 117. Em apertada síntese, a recorrente pleiteia pela redução do valor da multa, bem como pela substituição da suspensão temporária de licitar por advertência. Afirma que a recorrência agiu a todo momento de boa fé e que as sanções não observaram o princípio da razoabilidade.

É o breve relatório.
Em primeiro lugar, é de suma importância destacar o papel fundamental desempenhado pelas comunicações móveis e de dados nas operações da Polícia Militar, especialmente no que diz respeito aos policiais em serviço operacional. A sociedade catarinense demanda diariamente por um atendimento policial mais ágil, e a PMSC tem demonstrado um compromisso incansável em investir de maneira significativa em tecnologia, buscando constantemente aprimorar a qualidade do atendimento às ocorrências. Nesse contexto, a eficiência dos serviços de voz e dados assume uma importância vital. Contudo, é crucial observar que toda a tecnologia disponível não pode atingir seu potencial máximo sem o suporte de aparelhos smartphones atualizados. Além disso, é digno de nota que os sistemas desenvolvidos pela PMSC têm evoluído a cada ano, demandando equipamentos novos e modernos para um desempenho eficaz.

DA MULTA PECUNIÁRIA

A sanção pecuniária, conforme estipulada na Lei nº 8.666/93, também conhecida como a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, desempenha um papel primordial no que diz respeito à repressão de empresas ou indivíduos que transgridam as normas estabelecidas nos procedimentos licitatórios e na execução de contratos públicos. A finalidade da aplicação de multas abrange diversas facetas, das quais podemos destacar três, a meu ver, de suma importância quando se trata de infrações contratuais. São elas: Desestímulo ao Descumprimento das Normas Contratuais: Nesse sentido, a aplicação de multas desempenha uma função dissuasora, desencorajando empresas e indivíduos a violarem as diretrizes presentes na legislação de licitações e contratos administrativos. Manutenção da Ordem e Legalidade: A segunda finalidade consiste em assegurar a manutenção da ordem e da legalidade nos contratos públicos, garantindo que as empresas cumpram suas obrigações de forma adequada e em conformidade com os parâmetros legais estipulados nos acordos firmados com o ente público. Responsabilização: Por último, a multa serve como instrumento de responsabilização, compelindo os infratores a enfrentarem as

consequências de suas ações e a responderem por seus atos. Independentemente disso, a imposição da multa deve ser realizada em estrita consonância com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, considerando a gravidade da infração, o dano causado e as circunstâncias peculiares do caso. Vale ressaltar que a Lei nº 8.666/93 estabelece limites para o valor das multas, evitando, assim, sanções excessivamente onerosas para os infratores. No caso em análise, observamos que a multa foi aplicada no montante de 9,9% sobre o valor do contrato, haja vista que a recorrente se manteve inadimplente por mais de 30 dias, totalizando a quantia de R\$ 259.650,47 (duzentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e cinquenta reais e quarenta e sete centavos). Não cabe argumentar a falta de proporcionalidade na aplicação da multa, uma vez que a decisão, ao optar por essa forma de punição, deve aderir rigorosamente às disposições constantes no contrato firmado pelas partes. O contrato, em sua cláusula nona, inciso II, define de maneira precisa o método de cálculo da multa por atraso, não deixando margem para qualquer questionamento quanto à correção da decisão tomada pelo Sr. Diretor da DALF. Assim, mantém-se a decisão recorrida, recusando-se o pedido de compensação, conforme previsto no Decreto Federal 9.830/2019.

DA SUSPENSÃO DE LICITAR

O artigo 87, III, da Lei nº 8.666/93 estabelece que, em decorrência da inexecução total ou parcial de um contrato, a administração pública pode, após garantir o direito de defesa, aplicar ao contratado a suspensão temporária de sua participação em licitações e a proibição de contratar com a administração, pelo prazo máximo de dois anos. A penalidade da suspensão temporária de licitar e contratar com a administração implica na impossibilidade de o contratante participar de procedimentos licitatórios ou celebrar novos contratos, nos casos em que a licitação já tiver sido concluída, por um período de até 2 (dois) anos. A aplicação dessa penalidade deve levar em conta a gravidade da conduta do contratado, bem como os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, assim como as demais sanções aplicáveis. Embora a lei não especifique as situações que ensejam a aplicação da sanção de suspensão do direito de licitar, é amplamente aceito na doutrina que essa penalidade é mais severa do que uma simples advertência ou multa. Conforme ensinamentos do professor Hely Lopes Meirelles, a suspensão temporária do direito de participar de licitações e de contratar com a Administração é uma penalidade administrativa geralmente aplicada a inadimplentes culposos ou àqueles que, por culpa, prejudicam a licitação ou a execução do contrato. Nesse contexto, embora reconheça a gravidade da falta cometida pela empresa, parece que a penalidade imposta pela autoridade recorrida foi excessivamente rigorosa, considerando que a recorrente não possui histórico de penalizações anteriores com a PMSC. A penalidade de advertência é a mais branda entre as sanções disponíveis, devendo ser aplicada nos casos em que não se constata má-fé por parte da contratada ou intenção deliberada de descumprir as obrigações assumidas. Sua natureza é fundamentalmente educativa, visando a promover uma melhoria na qualidade da prestação de serviços. No caso, verifica-se que este é o segundo processo que a recorrente responde por inadimplência ao contrato n. 169/PMSC/2020. Logo, pode-se afirmar que a sanção de advertência anterior não foi suficiente para impedir que a empresa Claro voltasse a inadimplir com a PMSC. Nesse passo, a recorrente é reincidente com a PMSC em relação ao referido contrato. Portanto, considerando os princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa, da razoabilidade e da proporcionalidade, ao analisar o recurso apresentado pela empresa Claro S.A., decido parcialmente a seu favor, para manter a decisão recorrida no que se refere à aplicação da sanção de multa pecuniária, com a fundamentação constante na decisão original. Contudo, em relação à suspensão temporária de licitar pelo prazo de 6 (seis) meses, opto por reduzir a punição para 3 (três) meses, haja vista que está é a primeira punição dessa natureza sofrida pela recorrente.

Retorne-se os autos a Seção de PAIC para:
Publique-se no DOE;
De ciência à parte;
Expeça-se a guia de depósito identificado, para o pagamento da multa no prazo de 20 dias úteis, a contar da publicação no DOE. Não havendo pagamento, providencie a inclusão em dívida ativa do Estado.

Florianópolis, 04 de setembro de 2023.

Documento assinado eletronicamente
Aurélio José Pelozato da Rosa
Coronel PM – Comandante-Geral da PMSC

Cod. Mat.: 936101

INTIMAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS
Processo: 21200.2023.75091. **Interessado (a):** Osvaldo Conrado Pereira. **CPF:** 599.792.xxx-xx. **Auto de Infração:** 48481-A. Com base nos artigos 107, § único, e 108 da Portaria Conjunta IMA/CPMA nº 143/19, fica o administrado intimado da abertura de prazo de 10 (dez) dias para apresentação das alegações finais, a contar da data da publicação.
Charles Wilson de Souza
Autoridade Ambiental Fiscalizadora
Cod. Mat.: 935779

INTIMAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS
Processo: 21200.2022.73131. **Interessado (a):** Paulino Costa. **CPF:** 046.448.xxx-xx. **Auto de Infração:** 56780-A. Com base nos artigos 107, § único, e 108 da Portaria Conjunta IMA/CPMA nº 143/19, fica o administrado intimado da abertura de prazo de 10 (dez) dias para apresentação das alegações finais, a contar da data da publicação.
Charles Wilson de Souza
Autoridade Ambiental Fiscalizadora
Cod. Mat.: 935780

DECISÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO AMBIENTAL
Processo: 21200.2022.72272. **Interessado (a):** Laelcio Gerei Bueno. **CPF:** 097.438.XXX-XX. **Auto de Infração:** 34719-A. **ATIVIDADE:** manter em cativeiro 02 (duas) aves da fauna nativa brasileira não constante em lista de espécies ameaçada de extinção, sem licença da autoridade ambiental competente. **DECISÃO:** Pelo exposto a Autoridade Ambiental decidiu aplicar a sanção de advertência por ter sido comprovada, através do presente processo administrativo, a infração administrativa ambiental prevista no artigo 24 do Decreto Federal nº 6.514/08. Joinville - SC, 27 de julho de 2023.
Ruy Florêncio Teixeira Junior
Autoridade Ambiental Fiscalizadora
Cod. Mat.: 935781

DECISÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO AMBIENTAL
Processo: 21200.2020.60303. **Interessado (a):** Aderbal Alves. **CPF:** 499.661.XXX-XX. **Auto de Infração:** 46393-A. **ATIVIDADE:** praticar maus tratos a 84 suínos, conforme relatos dos médicos veterinários da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC). **DECISÃO:** Pelo exposto a Autoridade Ambiental decidiu aplicar a sanção de multa simples no valor R\$ 45.360,00 (quarenta e cinco mil trezentos e sessenta reais), por ter sido comprovada, através do presente processo administrativo, a infração administrativa ambiental prevista no artigo 29 do Decreto Federal nº 6.514/08. Joinville - SC, 27 de julho de 2023.
Ruy Florêncio Teixeira Junior
Autoridade Ambiental Fiscalizadora
Cod. Mat.: 935782

Polícia Civil

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 012/2023/PCSC/CPAD. O Presidente da Comissão Permanente de Avaliação, designado pela Portaria nº 2179/GAB/DGPC/PCSC de 07.08.2023, publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina nº. 22.087 de 22.08.2023, de acordo com a **Listagem de Eliminação de Documentos nº 01/2023/PCSC/02DP Itajaí**, aprovada pela Gerência de Gestão Documental, por intermédio do Ofício nº **40/2023/SEA/DIAP/GEDOC**, conforme Processo **PCSC 00083732/2023**, faz saber a quem possa interessar que a partir do 30º (trigésimo) dia subsequente a data de publicação deste Edital no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, se não houver oposição, a 2ª Delegacia de Polícia da Comarca de Itajaí eliminará os documentos relativos a **06.03.01.01.01.001** – Boletim de Ocorrência Registrado no Sistema Integrado de Segurança Pública, do período de 2016-2017, daquela mesma unidade. Os interessados, no prazo citado, poderão requerer às suas expensas e mediante petição dirigida à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, a retirada ou cópias de documentos, avulsos ou processos, bem como o desentranhamento ou cópias de folhas de um processo. **PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.** Florianópolis, 29 de agosto de 2023.

GRACE MARY DE ALMEIDA CLOS
Delegada de Polícia
2ª DPCO de Itajaí

HENRIQUE GONÇALVES MUXFELDT
Delegado de Polícia
Presidente da CPAD/PCSC

Cod. Mat.: 935872